



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

do que era e do que não era possível e necessário fazer. Mas não houve paralisação do modelo. Na verdade, ele continuou. Além disso, mudamos a matriz. Fizemos o gasoduto Brasil–Bolívia. Estamos trazendo gás, também, da Argentina. Estamos trazendo energia, não só de Itaipu, mas também da Argentina e da Venezuela. A verdade é que houve um aumento. Só em 2000, nós vamos criar 9.000 megawatts de oferta. E, em 2003, 11.000 megawatts, construindo 22 hidrelétricas e 32 termelétricas. Estão em marcha. Se forem ao rio Tocantins, vão ver quantas usinas estão sendo feitas.

Vou lançar o edital de Belo Monte, porque o Brasil precisa de energia. A matriz básica brasileira vai continuar a ser hídrica. E nós estamos avançando nessa matéria. Quero lhes dizer também, antes de entrar na segurança pública, que, nessas áreas, assim como fizemos com a ANA – e não vou repetir o que todos já conhecem –, nós recriamos o modelo de Estado, porque criamos a Anatel, criamos a Aneel e a Agência Nacional de Petróleo, além de outras agências, como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, como nos transportes, em que há uma revolução total graças ao que foi aprovado no Congresso, criamos as novas agências de transportes. O DNER acaba. Os processos são claros, transparentes, com o controle pelo Senado das indicações. Renovação completa, renovação completa no modo pelo qual se faz a manutenção das estradas – um projeto chamado Crema.

O Congresso votou um fundo, que foi o Cide, importante não só porque baixou o custo da gasolina, e o preço do litro vai chegar ao que eu disse que chegava. Os mais inquietos ficaram nervosos e já começaram a criticar. Vai chegar. Tem que acreditar, tem que exigir, tem que fazer chegar lá. É preciso mudar a atitude do brasileiro. O brasileiro tem que ser mais crente no seu país, mais combativo, não aceitar a primeira noticiuzinha de que não deu certo e tentar fazer dar certo e fazer dar certo. Pois bem, a questão das estradas, infelizmente, não será para o meu governo, mas felizmente será para o Brasil. Do ano que vem em diante, os fundos estarão disponíveis para uma modificação essencial no sistema de transportes.

Já falei basicamente do Leste. Vou falar do Sudeste.

É inescapável discutir a questão da segurança pública no Brasil. Bom, em primeiro lugar, quero declarar em alto e bom som: todos somos responsáveis. Com “todos” eu quero dizer os governos Federal, estadual e municipal. Todos. Numa questão dessa natureza, não cabe saber quem é, quem não é responsável. Nós todos somos responsáveis, histórica e presentemente. A questão hoje é aguda. E também não há como negá-la. É preciso enfrentá-la com coragem. Enfrentar com coragem significa o seguinte: articular as ações. A crise de energia foi vencida, porque articulamos ações. A crise da inflação foi vencida, porque articulamos ações: governos estaduais, municipais e Federal e sociedade. Sociedade civil em geral.

Nós criamos o Fundo Nacional de Segurança Pública. Cansei de ver, nos jornais, que ele não saiu do papel. Quem escreveu isso não saiu de casa. O fundo foi feito para dotar as polícias estaduais de recursos, porque a segurança imediata é das Secretarias de Segurança Pública. E o fundo, então, dá recursos a essas secretarias. Foram dados os recursos. Nós demos R\$ 1,3 bilhão em 2000/2001. Em 2002, daremos ainda.

Antes disso, quanto era? Zero. Nada. Por que nada? Porque não era atribuição do Governo Federal.

Então nós estamos dando sustentação aos governos estaduais, para que melhorem os seus planos de segurança pública. Esse plano não é só uma transferência de dinheiro. Há uma concepção nele, e existem projetos no Congresso. Já me referirei a eles. Não sou especialista nessa matéria. Ouço muita gente.

Parece ser indiscutível que a questão central é a articulação entre a Polícia Militar, a Polícia Civil e a Guarda Municipal; a Polícia Federal, as Forças Armadas e o Governo Federal. Vamos ter que nos articular melhor, para que isso possa ser objeto efetivo de um controle por parte da sociedade, e, naturalmente, com a participação da sociedade na denúncia. A sociedade não pode ser responsabilizada pela violência, pelo controle da violência. Isso cabe basicamente ao Estado. O Estado democrático tem o monopólio da violência. Portanto, não é justo pedir que a sociedade se defenda. Quem tem que defender a sociedade, o ser humano, o cidadão é o Estado.

Nós fizemos algumas experiências. Aqui na região metropolitana de Brasília – amanhã, irei lá com o General Alberto Cardoso, com os governadores –, fizemos uma experiência no Entorno do DF, articulando a Polícia de Goiás com a Polícia do Distrito Federal, igualando salários, equipando as polícias e criando uma imensa quantidade de programas sociais no Piaps – Plano de Integração e Acompanhamento dos Programas Sociais de Prevenção à Violência. E a criminalidade baixou.

Existem experiências bem-sucedidas em várias partes do Brasil. Faí, ainda ontem, com o Secretário de Segurança do Pará, onde há uma experiência bem-sucedida. Há experiências bem-sucedidas em Goiás, no Ceará, no Rio de Janeiro, em São Paulo, no Rio Grande do Sul. Há em todas as partes do Brasil. Pequenas experiências.

Mas vamos enfrentar as coisas como elas são: o crime se transnacionalizou e se nacionalizou. O seqüestro, hoje, é terceirizado: alugam um pistoleiro em um estado, um automóvel noutro, o comando está em um terceiro e a vítima em um quarto estado.

Ou temos um serviço de Inteligência integrado, ou vamos perder a guerra. Vamos ter que ter um serviço de inteligência integrado entre as polícias e o Governo Federal. Essa guerra – e a expressão é do Governador Geraldo Alckmin, que tem feito um esforço imenso no combate ao crime – não pode ser ganha, senão com integração dos esforços, com inteligência e recursos. Não bastam só os recursos. Não adianta ter muito automóvel, sobretudo se não se tem pneu ou não se tem gasolina. Não adianta ter muita arma, que vai ser roubada. O que adianta é ter corpos policiais disciplinados, hierarquizados, que obedeçam funcionalmente aos comandos, que sejam unificados e com integração nesses vários níveis.

Não é programa para *show*, mas vou dedicar boa parte dos nossos esforços federais à articulação desse programa.

Não vamos fugir da luta. Vamos guerrear, porque o Brasil precisa de paz. Não tem cabimento que exista uma ameaça à segurança, porque é uma ameaça que podemos enfrentar. Agora, para enfrentá-la, precisamos também valorizar o bom policial, valorizar a ação daqueles que se jogam na defesa dos interesses coletivos, e não, o tempo todo, simples-

mente, dizer que está errado ou, simplesmente, dizer: “Não fez nada. Não saiu do papel. Não gastou. Faltou verba.” Faltou mesmo, ou faltou, às vezes, disciplina? Faltou mesmo, ou faltou quebra do espírito corporativo, que não permite a informação passar de um para o outro?

Temos que encarar essa luta com muita seriedade. E já a estamos encarando. Ela tem muito a ver com a luta contra a droga e com a questão relativa à lavagem de dinheiro. O Brasil não tinha nem legislação sobre isso. Nós fizemos. Criamos o Coafi – Conselho de Controle das Atividades Financeiras, que nos dá informações sobre a questão da lavagem de dinheiro. Temos a Senad, que faz a ação preventiva na questão da droga.

Temos que nos estruturar muito mais. É verdade. Isso não é um problema que se resolva em 11 meses, como não se resolveu nos anos passados. Mas estamos nos estruturando e vamos avançar com força.

Isso não quer dizer que o Brasil vai esquecer do seu compromisso democrático com os direitos humanos. Não é necessário. Mas é necessário combater, com firmeza, o crime. E vamos ajudar aqueles que estão combatendo diretamente e nos organizar para avançar mais nisso.

Depois direi, na agenda do Congresso, quais são as ações específicas nessa matéria.

Para finalizar, no que diz respeito à questão do Sul e do Sudeste, aí, evidentemente, tivemos que fazer um grande esforço de ampliação da infra-estrutura, para reduzir o custo Brasil e a integração internacional.

Já me referi a alguns desses temas. O gasoduto Brasil–Bolívia. O gasoduto de Porto Alegre–Uruguaiana está em marcha. O gás da Argentina já chega até Uruguaiana. Nós estamos aumentando o sistema de transmissão de Itaipu para São Paulo e fazendo também a integração com o sistema elétrico da Argentina.

Nessa área, concentramos muitos esforços na duplicação de estradas. Esta é a maior estrada em construção – já está terminando – no nosso hemisfério. Esta aqui. Vai de Belo Horizonte a São Paulo. Aqui, se junta com a BR-116 e vai a Curitiba. Aqui, emboca na BR-101 e já está aqui. Estamos terminando a duplicação de tudo isto. Neste ano, terminaremos a duplicação de tudo isto. Faltam poucos trechos para dupli-

car, salvo aqui, em São Paulo, na BR-116, que vai de São Paulo ao Paraná, onde tem a Serra do Cafezal. Quando formos fazer a privatização da estrada, vamos licitar este trecho, que é um trecho de serra. Vamos seguir adiante, para poder fazer a integração, cá embaixo, em Jaguarão, Chuí, Osório, por aqui. Bom, esta é uma estrada extremamente importante. É um eixo fundamental que permite ao Brasil a sua integração com o Mercosul.

Aí está, para ilustrar, a represa no rio São Joãozinho. A represa de Vossoroca é no Paraná. Muito bem, é esta a estrada que estamos duplicando e terminando. Tem o apoio do BID. Era um compromisso meu de campanha, de lá, da primeira campanha. Está feito. Neste ano de 2002, vamos terminar.

Bem, isto tudo é para permitir que haja uma transformação grande, uma integração grande e que haja mais comércio também. Olhem o comportamento do comércio exterior brasileiro. Nós todos sabemos, hoje, que precisamos de comércio exterior, precisamos vender mais lá fora.

Houve um aumento – vejam vocês o que aconteceu nesta década –, duplicou de 40 e poucos para 114 bilhões de reais o fluxo total. As exportações passaram de 30 e poucos para 58 bilhões e as importações cresceram mais, por quê? Pelo investimento, pelo dinamismo.

Quando se vai ver o que o País importa, ele importa matéria fundamental: petróleo, máquina, equipamento. Portanto, importa-se capacidade produtiva. Há, também, uma parte de bens de consumo. No mundo de hoje, é impossível fechar as portas aos bens de consumo, com toda a interconexão de comunicação de massa, televisão e tudo.

Mas, houve um aumento. É insuficiente. Conseguimos um pequeno superávit, que é fundamental. E essa é uma das diretrizes para este ano, e os ministros sabem disso: chegar a 5 bilhões de dólares de superávit na balança comercial. Para isso, precisamos daquelas estradas que mencionei, de grãos, mas precisamos de uma política ativa que estamos montando.

Nunca o Brasil brigou tanto e ganhou tanto, nos foros internacionais, na OMC, nas várias pendências que tivemos com o Canadá, os Estados Unidos, a Europa, a Argentina. Estamos brigando com o mundo todo.

Temos as melhores relações, as mais próximas, com os nossos vizinhos, com o nosso hemisfério e com a Europa, mas não vamos deixar de brigar nem com o Japão, nem com a China, com quem seja. Porque eles brigam também.

Agora, isso é briga do comércio, não é briga de nações, não é ódio de conflito racial, não é choque de cultura, não é terrorismo. É uma briga técnica. Precisa de gente com capacidade para brigar, bons advogados, bons negociadores, bons economistas, empresários atentos, Itamaraty atuando, como está atuando, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Repito: uma indústria sucateada vai vender em nível global? Vai vender avião? Vai vender telefone celular? Vai vender máquina de torno? Vai vender bem de produção, bem de capital? Não vai. Só é possível isso, porque a indústria avançou, porque mudamos o patamar da nossa indústria. Mudou a qualidade do produto brasileiro. O automóvel, você vende internacionalmente. De modo que é muito bom, de vez em quando, olhar os dados para, depois, fazer a análise e a crítica.

Bom, mas, se vamos exportar para todos os lados – vou passar muito rapidamente nisto aqui – na verdade, temos uma preocupação muito grande com a nossa integração regional. Integração regional não é só o Mercosul, é a América do Sul.

Por que fiz uma reunião de presidentes da América do Sul aqui? Não é porque o Brasil queira ter hegemonia, liderança, como vejo frequentemente nos jornais. Não é o que conta. Vivemos aqui. Então, temos que nos integrar com os nossos vizinhos. A integração, aqui, é basicamente física. Assim como foi na Europa. A Europa se integrou, primeiro, fisicamente. Nós estamos nos integrando, fisicamente, com todos os países.

Nós temos um corredor bioceânico. Nós temos ligações com o Chile, com o corredor bioceânico. Estamos fazendo as estradas que permitem já chegar ao Peru. Mas nós temos, sobretudo – não vou repetir – a energia, o petróleo, o marco geral, legal, de telecomunicações. Tem que ser feito isso porque esse é o nosso espaço. Alguém vai impedir que a Europa se integre fisicamente com a Arábia? Não.

Nós não podemos nos integrar fisicamente com a América Central, porque não é nosso espaço. Vamos comerciar, sim. Queremos. Queremos ter apoio político e dar apoio político à América Central. Estou ansioso por voltar à América Central e às Antilhas, porque nenhum presidente do Brasil foi lá. Isso é importante.

Mas o nosso espaço é esse. Não precisa ler o Barão do Rio Branco para saber disso. Basta sentir no coração. É assim. É a nossa vizinhança. Então, temos uma concepção. E os nossos projetos, todos esses, do Avança Brasil, que foram aprovados pelo Congresso, cujo orçamento, programa por programa, tem um gerente – e, no computador, aqui em cima, acompanho o avanço de tudo isso – também vão estar integrados a tudo isso. O Doutor José Paulo Silveira, o Ministro Martus Tavares deram exemplos para os outros países e para o BID. E o BID está preparando uma série de projetos bastante valiosos de investimentos. São 123 projetos no Mercosul, com 41 bilhões de dólares. Isso é fundamental para nós também, para levarmos adiante essa visão de uma sociedade brasileira aberta e integrada à sua vizinhança, sem temor também. Em maio, devo estar na Europa discutindo com a União Européia um passo adiante na relação Mercosul-União Européia.

E quando vier a Alca, o que nós queremos não é que se grite: “Fora a Alca.” Não. É saber se vamos ter a integridade de defender bem os nossos interesses na Alca. Vamos ter, se chegar o momento. Declarei em alto e bom som, em Quebec, diante de todo o mundo, de todos os presidentes do hemisfério, quais eram as condições que o Brasil propunha para que existisse a Alca: acabar com o subsídio agrícola na proporção que eles têm lá, não deixar que a lei *antidumping* seja usada discricionariamente. Alca é mercado, não é soberania. Soberania não se discute, soberania se exerce. Falar de soberania, como se a Alca fosse perda de soberania, é blablablá. Exerce-se a soberania. Como? Defendendo os interesses do Brasil. Comércio se discute. Alca é comércio. Se quiserem algo a mais, além do comércio, não terão. Mas comércio nós queremos. Nós queremos exportar. Ou não queremos exportar o nosso aço? Ou os nossos aviões? Não queremos? Queremos ter acesso aos mercados. É com esse espírito que encaramos a Alca.